

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2016)

4º Trimestre de 2019

Saldo das Administrações Públicas atingiu 0,2% do PIB em 2019

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, o que compara com 1,2% em 2018. O PIB nominal aumentou 3,9%, taxa inferior ao crescimento de 4,0% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB), verificando-se uma redução do saldo dos rendimentos primários com o Resto do Mundo. Considerando valores para o ano terminado no trimestre, a capacidade de financiamento da economia passou de 0,6% do PIB no 3º trimestre para 0,8% no 4º trimestre de 2019.

Em termos trimestrais, a capacidade de financiamento do setor institucional das Famílias diminuiu de 1,7% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2019 para 1,6% no ano acabado no 4º trimestre. O rendimento disponível das Famílias registou um aumento inferior ao da despesa de consumo final, o que determinou a redução em 0,1 pontos percentuais (p.p.) da taxa de poupança para 6,7%. O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -3,4% do PIB no 4º trimestre, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 2,4%. O saldo do setor das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 0,3 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2019, relativamente ao trimestre anterior, situando-se em cerca de 403,9 milhões de euros, o que correspondeu a 0,2% do PIB (-0,4% do PIB em 2018).

A informação deste destaque não reflete ainda a situação atual determinada pela pandemia Covid19. É de esperar que as tendências aqui analisadas se alterem substancialmente. De qualquer modo, a informação hoje disponibilizada é útil para estabelecer uma referência para avaliar desenvolvimentos futuros. Apesar das circunstâncias, tentaremos manter o calendário de produção e divulgação, embora seja natural alguma perturbação associada ao impacto da pandemia na obtenção de informação primária. Por esse motivo apelamos à melhor colaboração das empresas, das famílias e das entidades públicas na resposta às solicitações do INE, utilizando a Internet e o telefone como canais alternativos aos contatos presenciais. Na verdade a qualidade das estatísticas oficiais, particularmente a sua capacidade para identificar os impactos da pandemia Covid19, depende crucialmente dessa colaboração que o INE antecipadamente agradece.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 4º trimestre de 2019.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional (ver Nota Metodológica no final do destaque).

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite Contas Nacionais – 4º trimestre de 2019

eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Capacidade de financiamento da economia

fixou-se em 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 0,8% do PIB em 2019, o que compara com 1,2% em 2018. O PIB nominal aumentou 3,9%, menos 0,1 p.p. que o Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB), verificando-se uma redução do saldo dos rendimentos primários com o Resto do Mundo.

Considerando valores para o ano terminado no trimestre, a capacidade de financiamento da economia passou de 0,6% do PIB no 3º trimestre para 0,8% no 4º trimestre de 2019. O PIB e o RNB registaram taxas de crescimento de 1,1% e 1,0%, respetivamente. O menor crescimento do RNB foi determinado pelo ligeiro agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o Resto do Mundo, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de -0,6% e -3,5%, respetivamente.

O RDB registou um crescimento de 1,0%, superior em 0,1 p.p. ao acréscimo da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando uma taxa de variação de 1,4% da poupança bruta (1,5% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 18,8% do PIB no 4º trimestre de 2019, valor idêntico ao verificado no trimestre anterior.

O aumento de 0,2% da Formação Bruta de Capital (FBC) foi inferior ao acréscimo da poupança bruta, originando um aumento da capacidade de financiamento da economia para 0,8% do PIB (0,6% no trimestre anterior).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2016T1	181 554	1,0	177 287	1,4	180 632	1,3
2016T2	183 123	0,9	178 445	0,7	182 196	0,9
2016T3	184 778	0,9	179 803	0,8	183 535	0,7
2016T4	186 490	0,9	181 960	1,2	185 549	1,1
2017T1	188 425	1,0	183 867	1,0	188 013	1,3
2017T2	190 776	1,2	186 007	1,2	190 066	1,1
2017T3	193 088	1,2	188 349	1,3	192 707	1,4
2017T4	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
2018T1	197 892	1,0	193 772	1,3	198 220	1,2
2018T2	199 740	0,9	195 142	0,7	199 708	0,8
2018T3	201 906	1,1	197 154	1,0	201 791	1,0
2018T4	204 305	1,2	199 270	1,1	203 882	1,0
2019T1	206 365	1,0	200 912	0,8	205 453	0,8
2019T2	208 228	0,9	203 299	1,2	207 987	1,2
2019T3	210 068	0,9	205 194	0,9	209 906	0,9
2019T4	212 303	1,1	207 239	1,0	212 045	1,0

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2016T1	16,2	1,1	16,2	1,2
2016T2	16,4	1,0	16,0	1,4
2016T3	16,5	1,0	16,0	1,6
2016T4	16,5	0,9	15,8	1,5
2017T1	16,8	0,9	15,9	1,9
2017T2	17,0	0,9	16,4	1,6
2017T3	17,7	0,8	16,8	1,8
2017T4	18,2	0,8	17,2	1,8
2018T1	18,6	0,8	17,6	1,9
2018T2	18,5	0,8	17,6	1,8
2018T3	18,7	0,8	17,8	1,7
2018T4	18,3	0,9	18,1	1,2
2019T1	18,3	0,9	18,6	0,7
2019T2	18,6	0,8	18,8	0,8
2019T3	18,8	0,8	19,0	0,6
2019T4	18,8	0,8	18,9	0,8

O setor institucional das AP apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2019, que compara com uma necessidade de financiamento de 0,1% do PIB no trimestre anterior. Este resultado traduziu um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente. Recorde-se que no final de 2018 o défice das AP tinha atingido 0,4% do PIB.

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras (SNF) atingiu 3,4% do PIB no 4º trimestre de 2019, menos 0,2 p.p. do que no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras reduziu-se de 2,6% do PIB no 3º trimestre de 2019 para 2,4% no 4º trimestre.

O saldo externo de bens e serviços (ver gráfico 2) aumentou no 4º trimestre de 2019, passando de -0,2% no trimestre anterior para 0,1% do PIB, devido ao

crescimento das exportações superior ao das importações (1,4% e 0,8%, respetivamente).

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

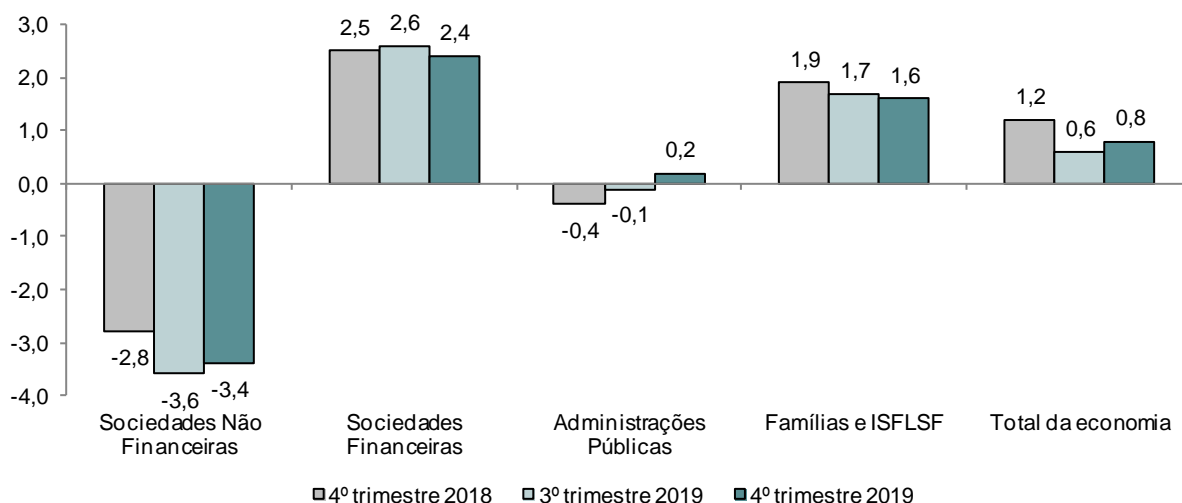
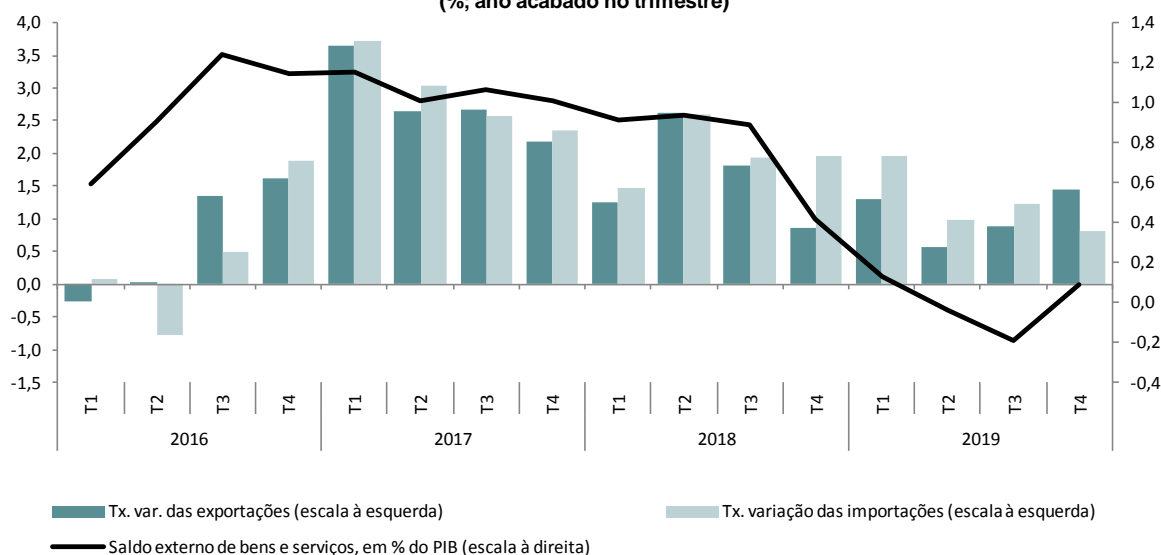


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (%; ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 1,6% do PIB

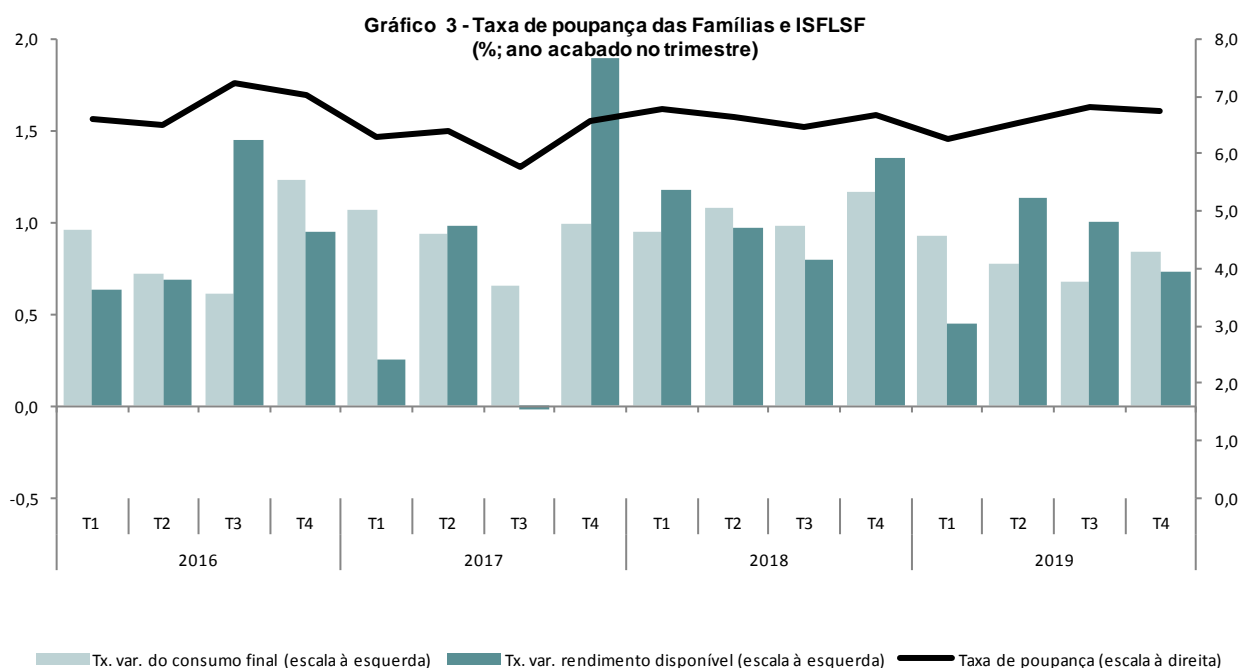
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 1,6% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2019, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior, refletindo simultaneamente a diminuição da poupança em 0,6% e o aumento de 0,9% da FBC.

Como se observa no gráfico 3, a taxa de poupança das Famílias diminuiu em 0,1 p.p. para 6,7% do rendimento disponível, em resultado de um aumento do rendimento disponível inferior ao da despesa de consumo final (0,7% e 0,8%, respetivamente).

O aumento do rendimento disponível das Famílias foi determinado pelo crescimento de 1,1% das remunerações no 4º trimestre de 2019 (1,2% no trimestre anterior).

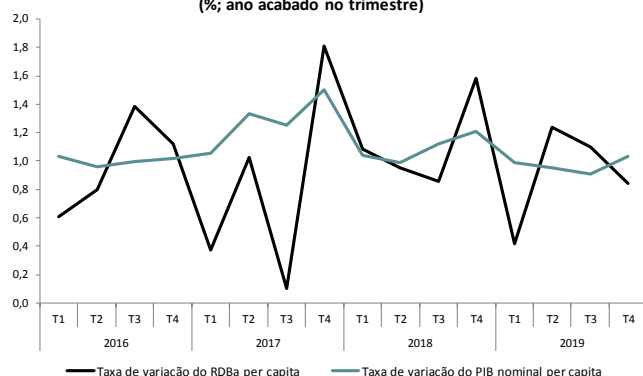
O quadro 3 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível.

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF) das Famílias registou uma taxa de variação de 1,6% no 4º trimestre de 2019 (1,8% no trimestre anterior).



O RDB das famílias ajustado (RDBa) *per capita* fixou-se em 16,2 mil euros no 4º trimestre de 2019, o que correspondeu a um crescimento de 0,8% face ao trimestre anterior (inferior em 0,3 p.p. à taxa de variação do PIB nominal *per capita*).

Gráfico 4 - Rendimento disponível das famílias ajustado (%; ano acabado no trimestre)



Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Saldo dos rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2018T1	0,7	0,3	0,1	-0,1	0,3	0,1	1,2
2018T2	0,8	0,3	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	1,0
2018T3	0,7	0,3	0,1	-0,1	0,0	0,3	0,8
2018T4	1,3	0,2	-0,3	0,3	0,0	0,2	1,4
2019T1	0,7	0,2	-0,3	0,0	0,0	0,1	0,4
2019T2	0,7	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,1
2019T3	0,8	0,2	-0,1	0,0	0,0	0,0	1,0
2019T4	0,7	0,2	-0,1	0,0	0,0	0,1	0,7

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 3,4% do PIB

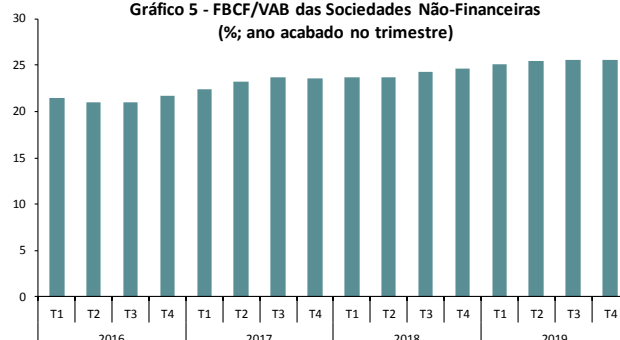
A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,2 p.p., fixando-se em 3,4% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2019. Este resultado refletiu sobretudo o aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 1,0%, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior, enquanto as remunerações pagas pelo setor registaram um crescimento de 1,1%.

A taxa de margem operacional do setor atingiu 26,7% (menos 0,1 p.p. do que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se destina à Contas Nacionais – 4º trimestre de 2019

remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

A FBCF aumentou 0,8% no ano acabado no 4º trimestre, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 25,5%, idêntica à registada no trimestre anterior.

Gráfico 5 - FBCF/VAB das Sociedades Não-Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 2,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras representou 2,4% do PIB no 4º trimestre de 2019, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior.

A poupança corrente do setor registou um aumento de 1,2% no 4º trimestre de 2019. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade diminuiu 8,7%, com os rendimentos recebidos e pagos a registarem taxas de variação de -0,4% e 0,8%, respetivamente.

Setor das Administrações Públicas: saldo aumentou em 0,3 p.p. do PIB.

O saldo do setor das AP aumentou 0,3 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2019, relativamente ao ano acabado no trimestre anterior, representando uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB. Este aumento foi determinado por um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa resultou do efeito combinado da diminuição da despesa de capital em 3,7% e do aumento da despesa corrente em 0,5%. O comportamento da despesa corrente refletiu os aumentos das prestações sociais (1,2%), despesas com pessoal (1,3%) e subsídios (5,6%) e as diminuições dos encargos com juros (3,0%) e da outra despesa corrente (3,0%). O consumo intermédio permaneceu inalterado neste período.

A receita total cresceu 0,8% no ano terminado no 4º trimestre de 2019 (aumentos de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital). O aumento da receita corrente resultou variação positiva dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e

das contribuições sociais (1,7%), traduzindo a evolução no mercado de trabalho, dos impostos sobre a produção e importação (1,0%) e das vendas (0,1%), que mais que compensaram a diminuição da outra receita corrente (2,5%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi negativo no 4º trimestre de 2019, atingindo 1 049,9 milhões de euros, -1,9% do PIB, o que compara com -3,0% em igual período do ano anterior, conforme pode verificar-se no quadro 6. Face ao trimestre homólogo, no 4º trimestre de 2019 verificou-se um aumento quer da despesa total (0,8%), quer da receita total (3,1%).

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 1,9% da despesa corrente, resultante de acréscimos nas prestações sociais (4,3%) e nas despesas com pessoal (4,8%), que refletem os encargos associados a medidas de política de valorização salarial, e nos subsídios (18,5%), e de decréscimos nos encargos com juros (11,3%), no consumo intermédio (0,1%) e na outra despesa corrente (11,4%). Apesar do aumento de 4,9% no investimento, o conjunto da despesa de capital diminuiu 10,5% fruto da diminuição de 35,0% da outra despesa de capital. Esta diminuição resulta do efeito base de se ter registado como transferência de capital no 4º trimestre de 2018, a concessão de uma garantia pela Direção Geral de Tesouro e Finanças ao Fundo de Recuperação de Créditos dos investidores não qualificados titulares de papel comercial da ESI e Rio Forte (FRC). Em sentido oposto refira-se o registo, como transferência de capital, das consequências da decisão judicial de compensação do Estado à concessionária AEDL - Autoestradas do Douro Litoral¹

¹ O tribunal condenou o Estado a compensar a concessionária AEDL - Autoestradas do Douro Litoral S.A. - concessão Douro Litoral pelo

que, no quarto trimestre de 2019, determinou um agravamento da despesa das AP em cerca de 219 milhões de euros. Refira-se que, em contas nacionais, será anulado o impacto na despesa pública dos pagamentos futuros a efetuar pelo Estado em cada um dos restantes anos de vigência da concessão.

No que diz respeito à receita, a receita corrente cresceu 3,1%, em resultado do aumento dos impostos sobre o rendimento e património (1,5%), impostos sobre a produção e a importação (4,0%), das contribuições sociais (6,5%) e das vendas (0,4%), tendo diminuído a outra receita corrente (10,8%). A receita de capital registou um aumento de 6,2%, justificada pela recuperação de créditos do BPP.

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2018T4	2019T1	2019T2	2019T3	2019T4
Receita total	1,9	1,1	1,2	0,6	0,8
Receita corrente	1,9	1,1	1,1	0,8	0,8
Impostos sobre o rendimento e património	1,8	1,1	-0,4	-0,2	0,4
Impostos sobre a produção e importação	1,8	1,0	1,3	0,5	1,0
Contribuições sociais	2,2	1,1	1,7	1,7	1,7
Vendas	1,0	2,4	0,7	0,4	0,1
Outra receita corrente	1,8	-0,3	5,7	3,0	-2,5
Receita de capital	2,4	3,0	2,8	-16,6	2,3
Despesa total	2,6	0,5	0,5	1,1	0,2
Despesa corrente	2,4	0,4	0,7	0,9	0,5
Prestações sociais	2,8	0,7	1,0	1,3	1,2
Despesas com pessoal	3,0	0,7	1,1	1,2	1,3
Juros	-1,3	-1,3	-0,8	-2,6	-3,0
Consumo intermédio	1,5	-1,2	0,3	0,2	0,0
Subsídios	-5,4	0,7	1,7	9,3	5,6
Outra despesa corrente	5,2	2,9	0,3	2,1	-3,0
Despesa de capital	5,3	0,8	-2,7	2,6	-3,7
Investimento ⁽¹⁾	1,6	0,7	-7,1	-0,4	1,8
Outra despesa de capital	12,2	1,0	4,8	7,1	-11,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

decrécimo das receitas de portagens. Esta decisão transitou em julgado em novembro de 2019 determinando o registo no quarto trimestre de um montante relativo ao período entre dezembro de 2011 e essa data, e de um valor fixo a pagar semestralmente até ao termo do contrato de concessão.

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	4º trimestre de 2018		4º trimestre de 2019		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	23 849,5	45,5	24 594,9	45,0	3,1
Receita corrente	23 577,7	45,0	24 306,2	44,5	3,1
Impostos sobre o rendimento e património	5 727,9	10,9	5 812,6	10,6	1,5
Impostos sobre a produção e importação	8 116,3	15,5	8 437,7	15,4	4,0
Contribuições sociais	6 680,6	12,7	7 112,2	13,0	6,5
Vendas	1 971,1	3,8	1 978,5	3,6	0,4
Outra receita corrente	1 081,7	2,1	965,3	1,8	- 10,8
Receita de capital	271,8	0,5	288,7	0,5	6,2
Despesa total	25 429,2	48,5	25 644,8	46,9	0,8
Despesa corrente	23 218,3	44,3	23 666,6	43,3	1,9
Prestações sociais	10 444,8	19,9	10 896,7	19,9	4,3
Despesas com pessoal	6 270,3	12,0	6 571,5	12,0	4,8
Juros	1 762,5	3,4	1 563,2	2,9	- 11,3
Consumo intermédio	3 181,4	6,1	3 177,6	5,8	- 0,1
Subsídios	256,5	0,5	304,0	0,6	18,5
Outra despesa corrente	1 302,7	2,5	1 153,7	2,1	- 11,4
Despesa de capital	2 210,9	4,2	1 978,2	3,6	- 10,5
Investimento ⁽¹⁾	1 357,8	2,6	1 423,6	2,6	4,9
Outra despesa de capital	853,1	1,6	554,5	1,0	- 35,0
Saldo corrente	359,4	0,7	639,6	1,2	
Saldo total	- 1 579,7	- 3,0	- 1 049,9	- 1,9	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o ano de 2019 com o ano anterior, verifica-se um aumento em ambos os saldos. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua quase totalidade, destinado a entidades do sector das AP, não afetando, por motivos de consolidação, o saldo deste setor. As restantes diferenças registadas

entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento.

Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

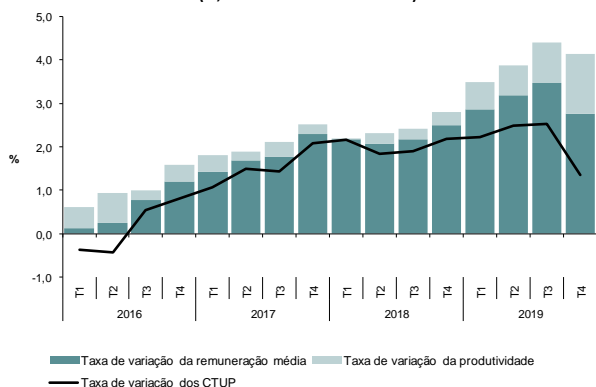
	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2018	2019
Saldo em contabilidade pública:	-2 576,5	- 722,3
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	2 764,7	2 808,2
Diferença entre juros pagos e devidos	332,4	796,8
Outros valores a receber:	205,9	- 97,1
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	766,6	263,8
<i>Outros</i>	- 560,6	- 361,0
Outros valores a pagar:	159,0	310,9
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	80,6	89,6
<i>Outros</i>	78,4	221,3
Outros ajustamentos:	-1 789,6	-2 692,6
<i>dos quais:</i>	0,0	0,0
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-2 051,7	-3 484,6
Saldo em contabilidade nacional:	- 904,0	403,9
PIB⁽¹⁾	204 304,8	212 302,8
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-0,4%	0,2%

⁽¹⁾Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 1,4%

No ano acabado no 4º trimestre de 2019, os CTUP registaram um aumento de 1,4%, que compara com uma taxa de 2,5% no trimestre anterior. Esta desaceleração deveu-se à redução do ritmo de crescimento da remuneração média, acompanhado por um crescimento mais intenso da produtividade.

Gráfico 6 - Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)



Revisões das estimativas anteriores

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 3º trimestre de 2019 é de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia. Note-se que os resultados para o total da economia diferem dos publicados a 28 de fevereiro, em particular em termos nominais, refletindo a incorporação de nova informação relativa às estatísticas do comércio internacional de bens (versão preliminar de janeiro de 2020) e aos dados do consumo público e impostos.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Contas Anuais Preliminares dos Setores Institucionais para 2019

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2019 é obtida pela soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres agora divulgados. O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional, sendo de destacar em 2019 o saldo positivo das AP.

Tal como tinha sido referido com a publicação das contas para o total da economia em 28 de fevereiro, os dados provisórios de 2018 foram revistos devido sobretudo à incorporação de nova informação da

Balança de Pagamentos, com efeito também nas contas dos setores institucionais. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram uma revisão em alta de 0,2 p.p. da taxa de variação do PIB nominal em 2018 (4,3%). No que respeita aos saldos por setor institucional, e em percentagem do PIB, verificaram-se revisões nos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -3,1% para -2,8%), das Sociedades Financeiras (de 2,9% para 2,5%) e das Famílias e ISFLSF (de 1,8% para 1,9%).

Quadro 8 - Indicadores para a economia portuguesa

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 ^{Po}	2019 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	1,3	1,5	3,8	3,8	5,1	4,3	3,9
RNB (taxa de variação)	2,4	0,8	3,2	4,0	5,2	4,1	4,0
RDB (taxa de variação)	2,5	1,3	3,4	4,0	5,6	4,1	4,0
Poupança Bruta (taxa de variação)	13,9	-1,7	8,4	7,9	16,2	4,7	6,9
Taxa de Poupança das Famílias e ISFLSF (% do RDB)	9,4	6,8	6,9	7,0	6,6	6,7	6,7
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	-0,3	2,6	2,9	3,6	3,7	4,2	3,3
Rendimento Disponível das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	-0,9	-0,3	3,4	3,8	3,1	4,4	3,4
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	-5,6	6,3	7,5	3,6	14,3	9,5	8,3
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento							
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	1,4	2,1	0,2	-0,7	-1,2	-2,8	-3,4
Sociedades Financeiras (% do PIB)	1,9	4,1	3,2	1,9	4,1	2,5	2,4
Administrações Públicas (% do PIB)	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,4	0,2
Famílias e ISFLSF (% do PIB)	4,4	2,3	2,4	2,3	1,9	1,9	1,6
Total da Economia (% do PIB)	2,6	1,2	1,2	1,5	1,8	1,2	0,8
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	1,1	0,1	0,7	1,1	1,0	0,4	0,1
CTUP (taxa de variação)	1,5	-1,2	-0,1	0,8	2,1	2,2	1,4

Po - dados provisórios; Pe- dados preliminares.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.